



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Tramitado em Sessão

() Aprovado

() Rejeitado

REQUERIMENTO Nº 119/2020

Assunto: Requer informações ao Poder Executivo Ministério Público do Estado – Procuradoria Assuntos Estratégicos, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, acerca da flexibilização e a abertura do comércio nas cidades com o cenário de controle nas ações preventivas e protetivas, minimizando a Pandemia COVID-19.

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 6º, preceitua que são direitos sociais do cidadão brasileiro, sem prejuízo de outros, a **saúde**, o **trabalho** e a **segurança**, formando estes, em igualdade de importância, o sustentáculo da sustentabilidade da sociedade brasileira;

CONSIDERANDO o papel fundamental do Ministério Público em ser autônomo, tanto como poder executivo e legislativo, a obrigação, conjuntamente, deve ser de composição, mesmo diante da resistência, preconizar os direitos e a necessidade do povo. Isto requer permanente diálogo para preservar a sociedade de observar trocas de forças contrárias à emergência atual e outros registros que atravancam o desenvolvimento econômico e social inerentes à política pública, pela morosidade da devolutivas das autoridades dos poderes;

CONSIDERANDO que o esforço desse segmento do MP, **Assuntos Estratégicos**, deva ter como tática ESTIMULAR A INTERAÇÃO ENTRE OS PODERES, construção coletiva para nosso estado, que sempre sai a frente com alternativas e atitude, sejam estas comunicações e ações concretas para minimizar enquanto há tempo os danos no âmbito da Saúde Pública, Desenvolvimento Econômico, Assistência Social e retomada ao colóquio familiar, comunitário e social:

CONSIDERANDO o teor do **DECRETO Nº 64.879, de 20 de março de 2020**, do governo do Estado de São Paulo, que reconhece o estado de **calamidade pública**, decorrente da pandemia do **COVID-19**, e, replicado pelos administradores municipais e outros, estabelecendo medidas complementares para o enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus, promovendo, entre outras, a obrigatoriedade de uso de máscara protetora facial para colaboradores e o ingresso de pessoas físicas a qualquer estabelecimento autorizado com atendimento ao público, tais como supermercados, lotéricas, mercados e padarias;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Requerimento nº 119/2020 - Vereadora Lucimar Ponciano - fls. 2/4

CONSIDERANDO os esforços para, primeiramente, garantir o mínimo de leitos hospitalares, em especial os **leitos de UTI**, na rede pública de saúde. Sem dúvida, são mais vulneráveis os grandes centros como a Capital, Prefeitura de SP, cidades grandes ou turísticas que interagem com cidades de todo país e até internacionais, nos mais de 5 mil municípios para muitos o orçamento vem do ISS;

CONSIDERANDO a progressão da patologia COVID- 19 conjuntamente com o apelo de muitas instituições para o isolamento e distanciamento social, com o clamor do “Fique em Casa”. É notório que o controle foi possível por 10 dias, sendo que deste período para cá o povo está nas ruas. Crianças, fora da escola, brincando em grupo, filas imensas nos bancos e lotéricas, em especial no dia de pagamento ou para retirar o benefício do Governo Federal. Grandes supermercados, que oferecem de tudo e não somente a alimentação, foram mais organizados e fizeram correção nas mercadorias;

CONSIDERANDO que em nossa cidade temos três grandes empresas do ramo cervejaria que estão vendendo bebida alcoólica como se fosse final do ano, inclusive convocando para hora extra, sendo assim os encontros nas casas;

CONSIDERANDO que a conscientização não está atingindo o resultado esperado para proteger e salvar vidas, incluindo as famílias dos pequenos, médios e grandes empresários, visto o índice de desemprego, a insegurança de recuperar as perdas, pois as despesas foram contínuas. A rede pública de saúde deverá ampliar o atendimento à depressão, listas dos vulneráveis de dependência química, assim como o aumento de boletins de ocorrência de violência doméstica e violência sexual de crianças e adolescentes, prioridade absoluta do Estatuto da Criança e dos Adolescentes;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal decidiu que os estados e municípios têm autonomia para adotar medidas de isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e circulação de pessoas, entre outras, independentemente de ordens contrárias do Governo Federal;

CONSIDERANDO a expedição do Ofício de n.º036, de 27 de março de 2020, de lavra do gabinete da Vereadora Lucimar Ponciano, apresentando sugestões e solicitando a flexibilização do comércio local para a manutenção de vários postos de trabalho, observadas as respectivas restrições, **e que até o momento não obteve resposta**. Concomitantemente, o Sindicato e Associação do Comércio da Cidade e



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Requerimento nº 119/2020 - Vereadora Lucimar Ponciano - fls. 3/4

movimentos de comerciantes desesperados, pois estão cada vez mais se endividando e com isso a sombra da demissão; e

CONSIDERANDO que a operacionalidade de outras atividades comerciais ou de serviços instaladas nos municípios, que não aquelas elencadas como permissionárias nos Decretos ou em outras normas estaduais ou federais, não diferem daquelas que possuem permissão para funcionar de forma restrita e controlada, condicionadas ao distanciamento social, com priorização de atendimentos com horários agendados, mantendo distância entre as pessoas e com atenção especial à higienização e desinfecção de ambientes,

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja oficiado ao Excelentíssimo Dr. Gianpaolo Poggio Smanio - Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo - Assuntos Estratégicos, para que se manifeste quanto às providências que serão tomadas pelo Ministério Público relativamente ao assunto, diante da visibilidade e pesquisas e a diminuição do isolamento social, inclusive das pessoas de risco, meios de transportes lotados, filas enormes sem distanciamento social nos estabelecimentos autorizados para funcionamento, podendo-se considerar investir mais na conscientização das pessoas, e, com mais estabelecimentos comerciais abertos haverá pontos de fomento à necessidade de se atender as medidas de prevenção e proteção contra a COVID 19.

Cabe reconhecer que o desafio do poder executivo é a fiscalização efetiva, e neste caso, o corpo a corpo proporciona esta proximidade, o cliente é amigo e pode ouvir. Isto será uma economia para a rede pública em publicidade. Temos a ciência que há necessidade é ter o distanciamento social ampliado para o distanciamento social controlado, permitindo-se a reabertura do comércio e empresas de serviços em Jacareí e outras cidades, com planejamento exequível para a população.

Contudo, as comissões especiais do COVID-19 devem apresentar um regramento de horários de funcionamento específico, pois os comerciantes devem participar desta campanha de salvar vidas.

Entendendo a responsabilidade do Prefeito, primeira autoridade da cidade com a obrigação de pensar no bem-estar dos cidadãos, e neste ato de gestão, possuem a legitimidade somada à vontade popular. E deve ser intrínseca a ação dos poderes do



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Requerimento nº 119/2020 - Vereadora Lucimar Ponciano - fls. 4/4

MP, Judiciário e Defensoria, para resultado salutar no que pede a Constituição priorizar a Saúde, Segurança e o Trabalho que aderem o mínimo para a dignidade e satisfação das famílias.

Assim sendo, mui respeitosamente recorremos à compreensão e aos préstimos do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça e, antecipando agradecimento pela atenção dispensada, subscrevemos.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2020.

LUCIMAR PONCIANO
Vereadora - MDB